

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

O CONTRATO e sua FUNÇÃO SOCIAL

A boa-fé objetiva no ordenamento jurídico
e a jurisprudência contemporânea

4.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2014 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T355c

Theodoro Júnior, Humberto, 1938 –

O contrato e sua função social / Humberto Theodoro Júnior. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-5473-4

1. Contratos. 2. Brasil. [Código Civil (2002)]. I. Título.

03-1350.

CDU: 347.44

SUMÁRIO

Abreviaturas e Siglas Usadas.....	13
-----------------------------------	----

PARTE I

FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E BOA-FÉ OBJETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Capítulo I – Princípios do Direito dos Contratos.....	17
Capítulo II – Princípios do Direito dos Contratos.....	21
Capítulo III – Princípio da Boa-Fé como Dever Acessório dos Contratantes.....	25
Capítulo IV – A Boa-Fé como Princípio Geral do Direito dos Contratos.....	27
Capítulo V – Influência da Eticidade sobre o Destino do Contrato.....	31
5.1. Papel próprio da boa-fé no domínio do contrato.....	31
5.2. Exemplo de correta aplicação da boa-fé objetiva.....	34
5.3. Agravamento do dano por decorrência da conduta da vítima.....	34
Capítulo VI – Função Social do Contrato.....	37
Capítulo VII – A Função Social do Contrato Segundo a Regulamentação do Atual Código Civil.....	41
Capítulo VIII – Bases Conceituais da Função Social do Contrato.....	45
8.1. O tema no direito positivo.....	45
8.2. A lição extraída do direito comparado.....	49
8.3. Função social do contrato e proteção da confiança.....	53
8.3.1. <i>Venire contra factum proprium</i> : boa-fé objetiva e teoria da con- fiança.....	55
8.3.2. Proibição do comportamento contraditório e solidariedade con- tratual.....	57
8.3.3. A tutela da confiança.....	59

8.3.4.	A nova visão do “venire contra factum proprium” à luz da teoria da confiança	60
8.3.5.	Fundamento institucional do “venire”	61
8.3.6.	Pressupostos da proibição ao comportamento contraditório	61
8.3.7.	“Suppressio”, “Surrectio” e “Tu quoque”	64
8.3.8.	“Suppressio”, “Verwirkung” e Prescrição	66
8.3.9.	Conclusões doutrinárias.....	69
8.3.10.	Posição da jurisprudência brasileira.....	71
8.3.11.	Boa-fé objetiva e teoria da confiança no plano jurisdicional (“processo justo”)	77
8.4.	Função social e causa do contrato	80
8.5.	O contrato e sua interpretação por meio do princípio da boa-fé objetiva e da função social	84
8.6.	Consequências da inobservância da boa-fé e da função social do contrato	93
8.7.	A função social e a autonomia da vontade.....	94
Capítulo IX – Exemplos de Função Social do Contrato Prejudicada por Abuso da Liberdade de Contratar.....		99
Capítulo X – A Função Social do Contrato nas Relações de Consumo.....		101
10.1.	O regime do Código de Defesa do Consumidor	101
10.2.	Diferença dos regimes de cláusulas abusivas do Código do Consumidor e do Código Civil.....	106
Capítulo XI – A Eticidade no Sistema Geral do Direito dos Contratos.....		109
Capítulo XII – Função Social da Propriedade e Função Social do Contrato		111
Capítulo XIII – Função Social e Função Econômica do Contrato		119
13.1.	O conteúdo econômico do contrato	119
13.1.1.	Função social do contrato e análise econômica	123
13.2.	A função social não pode ser entendida como um meio de destruir a função natural do contrato.....	127
13.3.	A função social como “cláusula geral”	131
13.4.	Função social como expressão da publicização do direito dos contratos....	133
Capítulo XIV – Vantagens e Riscos da Codificação Consagradora das “Cláusulas Gerais”		137
14.1.	O atual Código Civil e as cláusulas gerais	137

14.2. Uma séria advertência de um grande civilista.....	141
14.3. O perigo do uso abusivo das cláusulas gerais.....	142
Conclusões.....	147
Bibliografia.....	151
Índice Onomástico.....	157
Índice Alfabético-Remissivo.....	159
Índice da Legislação.....	163

PARTE II
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO
DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO
E DA BOA-FÉ OBJETIVA

I – Função Social do Contrato (Código Civil, art. 421).....	167
a) Seguro. Função social.....	167
b) Rescisão contratual. Multa.....	171
c) Concessão comercial. Rescisão.....	175
d) Concessão comercial. Liminar para continuidade do contrato.....	178
e) Rescisão contratual. Cautelar para manutenção do vínculo negocial.....	182
f) Compra e venda de safra futura a preço certo. Alteração do valor no mercado.....	185
g) Contrato. Dissolução antecipada.....	191
II – Boa-Fé Objetiva (Código Civil, art. 422).....	195
a) Rompimento contratual imotivado. Manutenção forçada do contrato. Impossibilidade.....	195
b) Seguro. Prescrição.....	200
c) Leiloeiro. Responsabilidade por informação inadequada.....	212
d) Seguro de vida. Recusa imotivada da renovação.....	217
e) Contrato de distribuição. Rescisão imotivada.....	221
f) Boa-fé. Deveres anexos.....	229
g) Locação de veículos. Notificação. Falta de interesse para renovação contratual.....	237
h) Honorários de advogado. Cláusula de sucesso.....	238

i)	Locação. Distrato. Recusa de assinatura.....	242
j)	Contrato de garantia. <i>Venire contra factum proprium</i>	253
III –	A Boa-Fé Objetiva e a Administração Pública	256
a)	Loteamento. Aprovação. <i>Venire contra factum proprium</i>	256
b)	Prestação de serviços. Nulidade do contrato. Recusa de pagamento pelos serviços prestados.....	258
c)	Ato administrativo. Teoria da confiança	259
d)	Prestação de serviços. Recusa de pagamento. Enriquecimento ilícito	278
IV –	Boa-Fé no Processo Judicial	281
a)	Boa-fé. <i>Venire contra factum proprium</i>	281
b)	Ação anulatória. Confissão de dívida. Boa-fé objetiva	282
c)	Comportamento processual contraditório.....	293
d)	União estável. Dever de lealdade.....	295
e)	Compensação de crédito penhorado. Impossibilidade. Ofensa à boa-fé objetiva	302